

**Lever Companhia Securitizadora de
Créditos**

Demonstrações financeiras acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de
2023 e 2022.

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	02
Relatório da Administração.....	05
Balanços patrimoniais.....	06
Demonstrações do resultado do exercício.....	07
Demonstrações do resultado abrangente.....	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	09
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Lever Companhia Securitizadora de Créditos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lever Companhia Securitizadora de Créditos (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lever Companhia Securitizadora de Créditos em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por nós, no qual emitimos relatório datado em 28 de agosto de 2023 com ênfase decorrente do início das atividades operacionais e opinião com ressalva contendo o seguinte assunto: A Administração decidiu baixar o saldo bancário no valor de R\$ 10.000 para o resultado do exercício devido ao fato de não identificar o referido ativo junto a instituição financeira, todavia ficamos impossibilitados de opinar sobre a devida baixa, devido ao fato de não termos recebido confirmação externa junto ao banco.

Ênfase

Incerteza relacionada a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia possui passivo a descoberto de R\$ 2.310 mil. A Companhia possui uma dependência em relação à manutenção dos aportes de capital e a capacidade financeira dos acionistas em aumentar o capital da Companhia, a fim de satisfazer as suas responsabilidades, como pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. Os planos da Administração com relação a este assunto estão descritos na nota explicativa nº 2.2. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação de ativos e passivos. Nossa opinião não está ressalvada nesse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança corporativa pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais, deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Robson Santa Izabel

Contador CRC SP-247.538/O-0

ECOVIS WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

Relatório da Administração

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Lever Companhia Securitizadora de Créditos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou a primeira emissão de debênture no montante total de R\$265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais). É esperado que essa emissão forneça uma receita de gestão para arcar com os custos da Companhia e cesse a necessidade de aporte realizados ao longo do ano de 2023.

O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi um prejuízo líquido de R\$ 32.310 (R\$12.744 em 2022), e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ (2.310) (zero em 31 de dezembro de 2022).

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ecovis WFA Auditores Independentes S/S, empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Lever Companhia Securitizadora de Créditos, ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.962	-
Impostos a recuperar		65	-
Partes relacionadas		176	-
Total do ativo circulante		2.203	-
Total do ativo		2.203	-
Passivo circulante			
Fornecedores	6	4.500	-
Outras obrigações		13	-
Total do passivo circulante		4.513	-
Patrimônio Líquido	9		
Capital social		42.744	10.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.744
Prejuízos Acumulados		(45.054)	(12.744)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.310)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.203	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2022
Custos dos serviços prestados	8	(3.929)	-
Prejuízo bruto		(3.929)	-
Despesas gerais e administrativas	8	(26.959)	(12.744)
		(26.959)	(12.744)
Prejuízo operacional		(30.888)	(12.744)
Despesas financeiras, líquidas		(1.422)	-
Resultado antes dos impostos		(32.310)	(12.744)
Prejuízo líquido do exercício		(32.310)	(12.744)
Prejuízo líquido por ação	9.d	(0,76)	(1,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(32.310)	(12.744)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(32.310)	(12.744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Nota	Capital Social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		10.000	(10.000)	-	-	-
Integralização de capital		-	10.000	-	-	10.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	2.744	-	2.744
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.744)	(12.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		10.000	-	2.744	(12.744)	-
Integralização de capital	9.b	32.744	-	(2.744)	-	30.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(32.310)	(32.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		42.744	-	-	(45.054)	(2.310)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lever Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(32.310)	(12.744)
(Aumento) redução de ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(65)	-
Contas a receber de empresas ligadas, operações não comerciais		(176)	-
Contas a pagar		4.500	-
Obrigações tributárias		13	-
(=) Caixa líquido das atividades operacionais		(28.038)	(12.744)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	2.744
Integralização de capital social	9.b	30.000	10.000
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos		30.000	12.744
Acréscimo em caixa e equivalentes		1.962	-
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		-	-
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício		1.962	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Lever Companhia Securitizadora de Créditos ("Lever") foi constituída em 1 de junho de 2021 e obteve o seu registro na JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27 de agosto de 2021, sob o NIRE nº 35.300.575.857.

A Companhia foi constituída para operar com:

- aquisição e securitização de créditos, tais como, mas não se limitando a, financeiros, não financeiros, imobiliários, de infraestrutura, do agronegócio, varejistas, dentre outros passíveis de securitização ("Créditos");
- a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização dos Créditos mencionados acima, em especial, sem limitação, os serviços de gestão e administração dos Créditos, e os de estruturação de operações de securitização;
- a captação de recursos necessários à aquisição dos Créditos, mediante a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, no Brasil ou no exterior, observadas a legislação e regulamentação vigentes;
- a distribuição, recompra, revenda, gestão de pagamentos, amortização e resgate de qualquer título e valor mobiliário emitidos pela Lever e relacionados aos Créditos, nos termos da legislação aplicável, junto aos mercados financeiro e de capitais, no Brasil ou no exterior, bem como a prestação de garantias para tais títulos e valores mobiliários emitidos;
- a realização de operações de hedge em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de Créditos; e
- investimentos financeiros pela Companhia em títulos, valores mobiliários e/ou outros ativos financeiros.

Em 2 de maio de 2022, entrou em vigor a Resolução CVM 60/21, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revogou as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. A partir da entrada em vigor da referida Resolução CVM, a Companhia e as companhias Securitizadora registradas na CVM à época tiveram 180 dias para se adaptar à nova norma.

Em 17 de novembro de 2023, a Companhia conseguiu obter o registro “S1” junto a comissão de valores mobiliários (“CVM”), podendo assim iniciar suas atividades de securitização de ativos. Entretanto, sua primeira emissão ocorreu apenas em janeiro de 2024, conforme descrito na nota explicativa nº11 de eventos subsequentes.

Em 1 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Resolução CVM 194/23, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e alterou alguns artigos dispostos na Instrução CVM 60/21. Após análise criteriosa, a administração da Companhia identificou que, dentre as alterações implementadas pela Resolução CVM 194/23, nenhuma provocou impacto no tratamento contábil conferido pela Companhia ao seu patrimônio próprio.

2. Contexto Operacional

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando a expectativa de geração de caixa oriunda do *fee* de gestão previsto para 2024 sobre a sua primeira constituição de patrimônio separado suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, sendo as transações contabilizadas de acordo com o regime de competência. Dentro das práticas contábeis destacam-se as seguintes:

3.1 Prejuízo por ação

A Companhia efetua o cálculo do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos de diluição e, consequentemente, o lucro por ação básico e diluído tem o mesmo valor.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.3 Resultado

As despesas e custos são representadas basicamente por despesas com registros, auditoria, taxas, dentre outros, as quais estão registradas pelo regime de competência.

3.4 Benefícios aos empregados

- **Benefícios curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Participação nos resultados**

São reconhecidos em conta passiva de obrigações trabalhistas, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados. Para o programa existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo.

- **Benefícios pós-emprego**

A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) durante e pós-emprego ou benefícios de contribuição definida.

3.5 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.6 Instrumentos Financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas.

- **Ativos financeiros**

São registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): de acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Passivos financeiros**

Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

- **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando usa obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos financeiros transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas perda nos valores dos ativos.

4. Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é impactada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio
- um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito bancário (i)	722	-
Aplicações financeiras (ii)	1.240	-
	1.962	-

- (i) Depósito bancário - corresponde às contas correntes da própria operação da Companhia.
- (ii) As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a certificados de depósitos bancários (CDBs) e outras operações compromissadas, são indexadas pela variação do certificado de depósito interfinanceiro (CDI), com taxa média anual de remuneração de 13,38% em 31 de dezembro de 2023

6. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores a pagar	4.500	-
	4.500	-

7. Benefícios a Administradores e Empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores.

Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

Os benefícios a administradores, caso existente, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados.

8. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Courier, cartório, correio e registro	(19.195)	(12.744)
Infraestrutura de TI	(2.783)	-
Auditoria	(8.000)	-
Outras despesas administrativas	(910)	-
	(30.888)	(12.744)
Custo dos serviços prestados	(3.929)	-
Gerais e administrativas	(26.959)	(12.744)
	(30.888)	(12.744)

9. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 42.744 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(b) Aumentos de capital

Durante o exercício de 2023, a Companhia integralizou a adiantamento para futuro aumento de capital social realizado em 2022 no montante de R\$2.744, bem como houve um aumento de capital social no montante de R\$30.000.

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve destinação de dividendos em virtude da ausência de lucro líquido.

(d) Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Como não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias que refletisse como diluição, o resultado básico e diluído são iguais. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

<u>Prejuízo básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo Líquido do exercício	(32.310)	(12.744)
Média ponderada do número de ações	42.744	10.000
Prejuízo Líquido básico e diluído por ação - R\$	(0,76)	(1,27)

10. Instrumentos financeiros

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez; e**
- **Risco de mercado.**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em virtude da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Administração adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

II) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam impactar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

Na atual data-base, a Administração não identificou o risco de liquidez.

III) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

IV) Risco de juros

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos Financiamentos decorrentes de arrendamento, os quais estão baseados na variação do IGPM e IPCA. A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores.

V) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros.

VI) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.962	1.962	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	Custo amortizado	228	228	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	(4.500)	(4.500)	-	-
		(2.310)	(2.310)	-	-

VIII) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.962	-	1.962

Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros de nível 1 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem impactar as estimativas apresentadas.

11. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia realizou sua primeira constituição de patrimônio separado ("PS") por meio da nova administração, na modalidade de regime fiduciário pleno, na qual foi emitido uma debênture simples não conversível em ações no montante de R\$ 265 milhões de reais.

* * *